

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC) TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

1

É de interesse público e exigido que contadores que prestam serviços, denominados contadores externos, sejam independentes ao realizarem trabalhos de auditoria e revisão. A NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO dispõe exaustivamente sobre o assunto.

Considerando o exposto nessa norma, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A independência em auditoria pode ser ameaçada por conflitos de interesse, familiaridade, ou pressões externas. Identificar e aplicar salvaguardas contra tais ameaças é responsabilidade do auditor.
- () A independência está vinculada aos princípios da integridade e da impessoalidade.
- () A independência compreende a independência de pensamento e a aparência de independência.
- () A independência deve ser mantida durante o período de negociação do contrato de prestação de serviços, o período do trabalho e o período coberto pelas demonstrações contábeis.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – V – F – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – F – V.

2

A NBC PA 400 dispõe sobre a independência para trabalho de auditoria e revisão.

Sobre os clientes de auditoria que são entidades de interesse público, avalie se a firma não deve aceitar a nomeação de auditor de entidade de interesse público para a qual a firma ou a firma em rede prestou serviço que não é de assecuração antes dessa nomeação, que pode criar uma ameaça de autorrevisão em relação às demonstrações contábeis sobre as quais a firma emitirá uma opinião, a menos que

- I. a prestação desse serviço termine antes do início do período do trabalho de auditoria;
- II. a firma tome ações para tratar quaisquer ameaças à independência;
- III. a firma determine que, na visão de terceiro informado e prudente, quaisquer ameaças à independência da firma foram ou serão eliminadas ou reduzidas a um nível aceitável.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III.

3

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem observar as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade, e, nos registros e procedimentos contábeis específicos, as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Os lançamentos contábeis são realizados com base no regime de competência.

À luz da Resolução CNPC Nº 43, de 6 de agosto de 2021, avalie se são aceitas as seguintes exceções para contabilizar pelo regime de caixa:

- I. As contribuições e os pagamentos de benefícios dos autopatrocinados e de participantes de Planos de Benefícios de instituidores poderão ser escriturados com base no regime de caixa, devendo tal procedimento ser mencionado em notas explicativas às demonstrações contábeis.
- II. As contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de benefício definido e contribuição variável poderão ser efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada Plano de Benefícios, devendo tal procedimento ser mencionado em notas explicativas às demonstrações contábeis.
- III. As receitas, as adições e as variações positivas quanto as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas no mês que serão consideradas na apuração do resultado, independentemente de sua efetiva realização.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

4

Durante a revisão de conformidade tributária de um plano de benefícios de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), o auditor independente constatou que determinados participantes optaram pelo regime de tributação regressiva previsto na Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

Considerando as regras legais aplicáveis a esse regime, assinale a afirmativa correta.

- (A) A opção pelo regime regressivo de tributação pode ser alterada livremente pelo participante a qualquer momento antes do início do recebimento do benefício.
- (B) No regime regressivo, a alíquota de imposto de renda aplicável aos valores resgatados ou recebidos como benefício depende do prazo de acumulação dos recursos no plano.
- (C) A incidência do imposto de renda, no regime regressivo, ocorre exclusivamente no momento do aporte efetuado pelo participante.
- (D) O regime regressivo aplica-se apenas aos participantes de planos estruturados na modalidade de benefício definido.
- (E) A tributação regressiva incide somente sobre os rendimentos financeiros obtidos pela entidade gestora do plano, e não sobre os valores pagos aos participantes.

5

No curso de uma auditoria independente em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), o auditor analisou a estrutura do Comitê de Auditoria da entidade e constatou que o colegiado foi instituído por decisão do Conselho Deliberativo e possui quatro integrantes. Todos os membros possuem mandato de três anos e formação e experiência comprovadas na área de previdência complementar.

À luz da Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021, essa situação é

- (A) regular, pois a composição mínima e a máxima do Comitê de Auditoria foram respeitadas.
- (B) regular, pois todos os membros do Comitê de Auditoria devem possuir formação em previdência complementar.
- (C) irregular, pois pelo menos um dos integrantes deve possuir conhecimentos comprovados em contabilidade e auditoria contábil.
- (D) regular, pois a exigência de conhecimento técnico aplica-se apenas ao auditor independente.
- (E) irregular, pois o Comitê de Auditoria não era assessorado pela auditoria interna.

6

Durante a execução de auditoria independente em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), o auditor identifica indícios de fraude relevante envolvendo membros da administração da entidade.

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021, assinale a afirmativa correta quanto ao procedimento de comunicação dessa ocorrência.

- (A) O auditor independente deverá comunicar a ocorrência exclusivamente ao Conselho Deliberativo da entidade.
- (B) O auditor independente deverá comunicar o fato à Previc apenas após a conclusão do relatório final de auditoria.
- (C) A comunicação à Previc é facultativa, cabendo apenas quando a fraude produzir impacto nas demonstrações consolidadas da entidade.
- (D) A comunicação deve ser feita exclusivamente pela Diretoria Executiva da entidade, não sendo atribuição do auditor independente.
- (E) O auditor independente, o diretor responsável pela contabilidade e o Comitê de Auditoria, quando existente, devem comunicar formalmente à Previc a ocorrência no prazo de até dez dias úteis a partir do conhecimento do fato.

7

Durante auditoria independente em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), o auditor constatou que os procedimentos de auditoria foram planejados com foco exclusivo nas demonstrações contábeis consolidadas da entidade.

O auditor não realizou testes específicos relacionados a cada plano de benefícios administrado nem ao plano de gestão administrativa, entendendo que tais informações já estariam refletidas nas demonstrações contábeis consolidadas.

À luz da Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021, essa abordagem é

- (A) adequada, pois a auditoria independente deve concentrar-se nas demonstrações consolidadas da entidade, que representam a posição global da EFPC.
- (B) adequada, desde que o auditor emita um relatório circunstanciado sobre os controles internos.
- (C) adequada, desde que o Comitê de Auditoria revise previamente as demonstrações contábeis consolidadas.
- (D) inadequada, pois os procedimentos de auditoria devem considerar separadamente a posição consolidada da entidade, a posição individual dos planos de benefícios e o plano de gestão administrativa.
- (E) inadequada apenas quando a EFPC possuir mais de um plano de benefícios em operação.

8

Com base nas disposições da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, sobre governança e auditoria das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a afirmativa correta acerca do Comitê de Auditoria.

- (A) O Comitê de Auditoria deve elaborar relatório anual contendo manifestação sobre os controles internos, a auditoria independente e a adequação das demonstrações contábeis às práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (B) O Comitê de Auditoria deve estar vinculado à Diretoria Executiva, atuando como órgão de apoio à gestão administrativa da EFPC.
- (C) O Comitê de Auditoria é obrigatório para todas as EFPC em todos os segmentos de supervisão.
- (D) Os integrantes do Comitê de Auditoria podem exercer simultaneamente cargos no Conselho Fiscal ou na Diretoria Executiva da EFPC.
- (E) O relatório do Comitê de Auditoria deve ser encaminhado à Previc imediatamente após sua elaboração.

9

No âmbito da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, a definição da taxa de juros parâmetro utilizada na avaliação atuarial dos planos de benefícios deve considerar a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ).

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A taxa de juros parâmetro corresponde ao ponto da ETTJ mais próximo da duração do passivo calculada na própria avaliação atuarial de encerramento do exercício corrente.
- (B) A taxa de juros parâmetro deve ser calculada com base na duração do passivo estimada para dez anos, independentemente da estrutura do plano.
- (C) A taxa de juros parâmetro deve sempre coincidir com a taxa real anual de retorno dos investimentos observada no exercício corrente.
- (D) A taxa de juros parâmetro corresponde ao ponto da ETTJ mais próximo da duração do passivo do plano, considerando o fluxo projetado na avaliação atuarial do exercício anterior.
- (E) A taxa de juros parâmetro é determinada diretamente pela EFPC com base em projeções atuariais próprias.

10

Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) classificou determinados títulos públicos federais na categoria “mantidos até o vencimento”. Durante o exercício, ocorreu a alienação desses títulos antes do vencimento, seguida da aquisição, em até 30 dias, de novos títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e valor equivalente ao montante alienado.

À luz da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, essa operação implica que a alienação

- (A) descaracteriza automaticamente a classificação “mantidos até o vencimento”, exigindo reclassificação imediata para “títulos para negociação”.
- (B) somente descaracteriza a classificação se ocorrer por decisão discricionária da diretoria executiva.
- (C) não descaracteriza a classificação “mantidos até o vencimento”, desde que sejam respeitados os requisitos quanto à natureza, ao prazo de vencimento e ao valor.
- (D) somente é permitida mediante autorização prévia da Previc.
- (E) é vedada, salvo em caso de liquidação do plano de benefícios.

11

Em relação à reclassificação de títulos públicos federais nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), conforme a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) É permitida a reclassificação de títulos da categoria “títulos para negociação” para “mantidos até o vencimento” quando houver uma alteração significativa na taxa de juros de mercado.
- (B) A reclassificação de títulos da categoria “mantidos até o vencimento” para “títulos para negociação” pode ocorrer quando houver motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto.
- (C) A reclassificação entre categorias pode ocorrer livremente, desde que aprovada pelo conselho deliberativo.
- (D) A reclassificação de títulos privados classificados como “mantidos até o vencimento” é proibida em qualquer hipótese.
- (E) A alteração de hipóteses atuariais constitui motivo isolado e suficiente para reclassificação.

12

Observe a definição:

Possui regulamento próprio aprovado pelo conselho deliberativo da entidade, o qual deve conter além de outros aspectos, a fonte de custeio e a forma de constituição e de destinação/utilização do fundo administrativo, registrado dentre outras situações a destinação para cobertura de gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de planos de benefícios de previdência complementar.

De acordo com a Resolução CNPC nº 43/2021 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E REGISTRO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS e suas alterações, a definição se refere ao

- (A) plano de benefícios previdencial.
- (B) plano de gestão administrativa.
- (C) plano de benefícios assistencial.
- (D) plano de receitas e despesas.
- (E) plano de benefício de instituidores.

13

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) são enquadradas, em decorrência da soma dos fatores de porte e de complexidade, em Segmento 1 (S1), Segmento 2 (S2), Segmento 3 (S3) e Segmento 4 (S4).

Com base na Resolução PREVIC nº 23/2023, que estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional, o fator de complexidade, cujo valor referencial é de 1 a 4, é uma média ponderada de alguns critérios. Avalie se esses critérios incluem:

- I. O número total de participantes e assistidos; número de patrocinados.
- II. O número e modalidade de planos de benefícios; valor individual dos fluxos previdenciários.
- III. O valor do exigível contingencial face ao total de ativos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

A Resolução CNPC nº 46/2021 dispõe sobre as condições e os procedimentos para a identificação e o cadastramento dos planos de benefícios no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para fins de operacionalização da independência patrimonial dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Acerca das disposições da referida resolução, é correto afirmar que

- (A) cada plano de benefícios terá identidade própria e individualizada quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais e administrativos, e deverá manter dependência patrimonial em relação aos aspectos contábeis, de investimentos e demais planos de benefícios administrados pela entidade fechada de previdência complementar, assim como em relação à entidade que o administra.
- (B) compete ao Conselho Nacional de Previdência complementar atribuir e administrar o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios.
- (C) a transferência de plano de benefícios para outra entidade fechada de previdência complementar implicará o cancelamento ou a alteração da inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios.
- (D) o Conselho Nacional de Previdência complementar fica autorizado a editar normas complementares necessárias à execução do disposto na Resolução CNPC nº 46/2021.
- (E) o número de inscrição, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, de um plano de benefícios eventualmente encerrado ou cancelado não poderá ser atribuído a nenhum outro plano.

15

A Resolução CNPC nº 30/2018 dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios.

Em relação às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, avalie se são admitidos os seguintes regimes financeiros, segundo a referida resolução:

- I. Capitalização: nos seus diversos métodos, sendo obrigatório para o financiamento dos benefícios que sejam programados e continuados, e facultativo para os demais, na forma de renda ou pagamento único.
- II. Repartição de capitais de cobertura: para benefícios pagáveis por invalidez, por morte, por doença ou por reclusão, todos na forma de pagamento único.
- III. Repartição simples: para benefícios pagáveis por invalidez, por morte, por doença ou reclusão, cuja concessão seja estruturada na forma de renda.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

16

A Resolução CNPC nº 44/2021 (e suas alterações) dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as entidades fechadas de previdência complementar.

As entidades classificadas pela Previc com base em critérios objetivos, que levem em consideração porte e relevância, devem constituir Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria deve ser composto por

- (A) no mínimo três e, no máximo, cinco integrantes, com mandato de cinco anos.
- (B) no mínimo três e, no máximo, seis integrantes, com mandato de três anos.
- (C) no mínimo cinco e, no máximo, sete integrantes, com mandato de cinco anos.
- (D) no mínimo três e, no máximo, cinco integrantes, com mandato de três anos.
- (E) no mínimo cinco e, no máximo, sete integrantes, com mandato de três anos.

17

A Resolução CMN nº 4.994/2022 (e suas alterações) dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC).

A EFPC deve definir a política de investimento para a aplicação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrado. A elaboração e a aprovação da política de investimento de cada plano são realizadas, antes do início do exercício a que se referir, respectivamente,

- (A) pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.
- (B) pela Comissão de Benefícios e pelo Conselho Deliberativo da EFPC.
- (C) pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da EFPC.
- (D) pelo Conselho Deliberativo da EFPC e pela Diretoria Executiva.
- (E) pela Comissão de Benefícios e pelo Conselho Fiscal.

18

Os planos de benefícios de entidades fechadas são instituídos por patrocinadores e instituidores.

Segundo a Lei Complementar nº 109/2001 (e suas alterações), que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, o resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos planos, será destinado à constituição de

- (A) reserva matemática.
- (B) reserva especial para revisão do plano de benefícios.
- (C) reserva legal.
- (D) reserva de contingência.
- (E) reserva prudencial.

19

A Lei Complementar nº 108/2001 (e suas alterações) dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar.

A estrutura organizacional das entidades de previdência complementar patrocinadas pelo poder público e suas empresas é constituída por

- (A) Conselho Administrativo e Presidência.
- (B) Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Diretoria Adjunta.
- (C) Conselho Administrativo, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.
- (D) Diretoria Executiva e Conselho Adjunto.
- (E) Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

20

A Resolução CNPC nº 43/2021 e suas atualizações dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.

Com relação ao livro razão (obrigatório), avalie se os seguintes itens devem ser apresentados para atender às formalidades exigidas pela referida resolução.

- I. A identificação de todos os lançamentos contábeis, por plano de benefícios previdencial, assistencial e de gestão administrativa com datas.
- II. As demonstrações contábeis e as notas explicativas, as quais devem ser transcritas ou anexadas ao livro razão.
- III. O histórico, o saldo anterior e o saldo atual.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

21

Segundo a Resolução CNPC nº 43/2021 e suas alterações, a entidade deve manter controles individuais dos bens pertencentes ao Imobilizado e aos investimentos imobiliários, os quais devem conter algumas informações.

Assinale a opção que apresenta todas as informações destacadas na norma.

- (A) Valor de aquisição; data de aquisição; atualização monetária, caso haja; depreciação ou amortização; reavaliação; valor atualizado; data de baixa; e informações adicionais relativas a quaisquer ocorrências que venham a alterar o valor do bem, tais como, benfeitorias ou quaisquer formas de acesso.
- (B) Valor de aquisição; data de aquisição; atualização monetária, caso haja; depreciação, amortização ou depleção; reavaliação; valor atualizado; data de venda; e informações adicionais relativas a quaisquer ocorrências que venham a alterar o valor do bem, tais como benfeitorias, exceto outras formas de acesso.
- (C) Valor de aquisição; data de aquisição; atualização monetária, caso haja; depreciação ou amortização; valor atualizado; data de baixa; e informações adicionais relativas a quaisquer ocorrências que alteraram o valor do bem, tais como, benfeitorias ou quaisquer formas de acesso.
- (D) Valor de aquisição; data de aquisição; atualização monetária, caso haja; depreciação ou amortização ou depleção; valor atualizado; data de venda; e informações adicionais relativas a quaisquer ocorrências que alteraram o valor do bem, tais como, benfeitorias, exceto outras formas de acesso.
- (E) Valor de aquisição; data de aquisição; depreciação ou amortização ou depleção; reavaliação; valor atualizado; data de baixa; e informações adicionais relativas a quaisquer ocorrências que alteraram o valor do bem, tais como, benfeitorias ou quaisquer formas de acesso.

22

A Resolução PREVIC nº 23/2023 e suas atualizações estabelece que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem contratar auditor independente para produzir, anualmente, alguns relatórios, entre eles o relatório para propósito específico exigido pelo artigo 20 da Resolução PREVIC nº 23/2023.

Avalie se os aspectos a seguir devem ser incluídos em tal relatório para propósito específico.

- I Demonstrações contábeis;
- II Governança;
- III *Compliance*;
- IV Avaliação e decisão de investimentos;
- V Contingências judiciais;
- VI Cadastro e concessão de benefícios;
- VII Atuária.

Está correto o que se apresenta em

- (A) II, III, IV, V, VI e VII, apenas.
- (B) I, IV, V, VI e VII, apenas.
- (C) I, IV, VI e VII, apenas.
- (D) II, IV, V, VI e VII, apenas.
- (E) I, II, III, V e VI, apenas.

23

Com base no Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria (2021), assinale a afirmativa correta.

- (A) As informações contábeis devem ser elaboradas a partir da política contábil da Entidades Abertas de Previdência Complementar, a fim de descrever contabilmente todos processos referentes à gestão previdencial, administrativa e de investimentos, evidenciando os fatos com critérios consistentes e verificáveis, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade, além das normas específicas editadas por órgão regulador, de forma tempestiva, sobretudo para que possam ser utilizadas no processo decisório e contemplando ainda, entre outros aspectos, a gestão de riscos e o tratamento das provisões contingenciais, ativos e passivos contingentes.
- (B) A estrutura básica das informações contábeis da EFPC é representada pelas demonstrações contábeis obrigatórias e alternativas por plano de benefícios, PGA e consolidadas por EFPC, tendo como objetivo proporcionar entendimento quanto à situação econômico e financeira, ao desempenho e aos fluxos de caixa da entidade, dos planos administrados e do PGA, servindo de base informacional aos usuários em geral.
- (C) A utilização de informações contábeis como fonte secundária para fins gerenciais pela Entidades Fechadas de Previdência Complementar constitui boa prática de governança, uma vez que favorece a transparência na gestão, a prestação de contas e a responsabilidade fiduciária das entidades, além de permitir a visualização dos resultados dos planos de benefícios e contribuir para a previsibilidade de pagamento de benefícios.
- (D) O controle financeiro realizado por meio de escrituração contábil deve respeitar a independência patrimonial, de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios administrados pela EFPC e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, visto que as informações segregadas são essenciais para os usuários da informação, sem prejuízos das demonstrações consolidadas.
- (E) As demonstrações contábeis por plano de benefícios devem evidenciar o conjunto de compromissos atuariais e previdenciais avaliados no parecer atuarial de cada plano (demonstração das provisões técnicas - DPT), a estrutura de ativos definida para atender a esses compromissos (demonstração do ativo líquido - DAL) e os elementos que contribuem na visualização da evolução desses ativos entre os períodos (demonstração da mutação do ativo líquido - DMAL).

24

Segundo o Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria (2021), as contas do ativo realizável são subdivididas em

- (A) gestão previdencial, gestão administrativa e investimentos.
- (B) gestão previdencial, gestão administrativa e gestão operacional.
- (C) gestão previdencial, gestão operacional e investimentos.
- (D) gestão administrativa, gestão operacional e investimentos.
- (E) gestão operacional, gestão administrativa e gestão de negócios.

25

Segundo o Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria (2021), o Passivo compreende obrigações para com participantes e terceiros, classificadas em dois grupos e segregadas de acordo com cada tipo de gestão.

Em relação ao tema, avalie se as seguintes definições estão corretas.

- I. Gestão Previdencial - são obrigações relativas à folha de pagamentos de benefícios previdenciários dos participantes em gozo de benefícios, resgates de patrimônio e portabilidades de saída, tributos pertinentes, compromissos com terceiros e outros relacionados a fenômenos contábeis de natureza previdenciária.
- II. Gestão Administrativa - são obrigações relativas às aplicações de recursos da EFPC, tais como folha de pagamento de empregados e seus encargos, dívidas decorrentes da prestação de serviços nas áreas contábil, atuarial, financeira e jurídica, tributos próprios e de terceiros a recolher, além de valores a devolver aos patrocinadores referente a antecipação de contribuições administrativa para o Início das Entidades dentre outros relacionados a fenômenos contábeis de natureza administrativa.
- III. Gestão Operacional - são obrigações relativas às operações da EFPC, tais como concessão de empréstimos e financiamentos a participantes e assistidos, taxas de corretagem, taxas de custódia, encargos bancários, tributos, liquidações de outras operações relacionadas a fenômenos contábeis oriundos do fluxo de investimentos.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

PROVA DISCURSIVA - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

Questão 1

A Entidade Fechada de Previdência Complementar XYZ administra dois planos de benefícios previdenciais: um na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o valor do benefício futuro é previamente estabelecido, cabendo à entidade garantir o equilíbrio atuarial do plano; e outro na modalidade de Contribuição Definida (CD), em que o valor do benefício depende das contribuições realizadas e do desempenho dos investimentos, cabendo ao participante assumir o risco. Além disso, a entidade mantém um Plano de Gestão Administrativa (PGA), destinado ao custeio das despesas administrativas.

Nos últimos exercícios, a EFPC registrou um aumento relevante das despesas administrativas, decorrente da contratação de consultorias especializadas e de investimentos em tecnologia. Em decorrência disso, foram identificadas as seguintes situações:

- i) utilização de recursos dos planos de benefícios para suportar despesas administrativas, sem critérios claros e consistentes de rateio;
- ii) ausência de metodologia formal para a alocação de despesas entre os planos de benefícios e o PGA;
- iii) fragilidades nos controles internos relacionados à alocação e ao registro contábil das despesas entre os planos e o PGA; e
- iv) evidência insuficiente, nas demonstrações contábeis, quanto à origem e à alocação das despesas administrativas.

Durante os trabalhos de auditoria independente, foram identificados indícios de falhas na identificação, no registro e na evidência contábil das operações, de forma separada por plano de benefícios e pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA), bem como de possível comprometimento da fidedignidade das demonstrações contábeis.

Considerando as normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela PREVIC, responda, em até 30 linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Explique como o auditor independente deve proceder ao identificar falhas na identificação, no registro e na evidência contábil das operações, de forma separada entre os planos de benefícios previdenciais e o Plano de Gestão Administrativa (PGA).**
- B) Indique quais são os impactos dessas falhas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da EFPC e explique como o auditor deve avaliar tais efeitos, à luz das normas aplicáveis.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Questão 2

A Entidade Fechada de Previdência Complementar ZYX, com forte presença de capital estatal, realizou investimentos relevantes em fundos estruturados e em títulos de crédito vinculados a uma instituição financeira privada, que oferecia rentabilidade significativamente superior à média de mercado.

Posteriormente, relatórios de órgãos de controle externo e análises de mercado passaram a indicar fragilidades na referida instituição, incluindo aumento do risco de crédito, baixa transparência na composição dos ativos e questionamentos quanto à qualidade das garantias envolvidas.

Mesmo diante desses sinais, a EFPC não apenas manteve, como também ampliou sua exposição a esses ativos, sem evidência de revisão formal da política de investimentos ou de documentação robusta de análise de risco compatível com o perfil atuarial dos planos.

Durante os trabalhos de auditoria independente, foram identificadas: (i) ausência de documentação que comprove a adequada avaliação de risco dos investimentos; (ii) possível descumprimento das diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/2022; (iii) fragilidades nos controles internos relacionados à gestão de investimentos; (iv) insuficiência na divulgação dos riscos associados aos ativos nas notas explicativas. Além disso, foram identificadas inconsistências nos registros contábeis e na custódia dos ativos, sem adequada conciliação com as informações da entidade custodiante.

Considerando a legislação e as normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela PREVIC, responda, em até 30 linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Explique como o auditor independente deve proceder ao identificar a manutenção de investimentos com indícios de descumprimento da política de investimentos e exposição a riscos não adequadamente avaliados.**
- B) Indique quais os possíveis impactos no relatório do auditor independente, caso a entidade não corrija as deficiências identificadas.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

